



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS  
URFBio Triângulo - Núcleo de Apoio Regional de Uberlândia

Parecer Técnico IEF/NAR UBERLÂNDIA nº. 323/2023

Belo Horizonte, 05 de dezembro de 2023.

PARECER ÚNICO					
<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>					
Nome: Thiago Henrique Rezende de Lima			CPF/CNPJ: 043.908.666-30		
Endereço: Avenida Landscape, 418			Bairro: Jardim Sul		
Município: Uberlândia	UF: MG		CEP: 38411-694		
Telefone: 34 - 91026976		E-mail: daniella@costaambiental.com			
O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel? ( X ) Sim, ir para o item 3      ( ) Não, ir para o item 2					
<b>2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL</b>					
Nome:			CPF/CNPJ:		
Endereço:			Bairro:		
Município:	UF:		CEP:		
Telefone:		E-mail:			
<b>3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL</b>					
Denominação: Fazendas Saudade, Barreiro e Palmeira, constituído pela gleba C.			Área Total (ha): 3,10		
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): Matrícula 110.260			Município/UF: Uberlândia/MG		
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR):MG-31702066E97E9C66DFA41D0B773740E0F6F85C8					
<b>4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA</b>					
Tipo de Intervenção	Quantidade		Unidade		
Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP	0,0256		hectares		
<b>5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>					
Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP	0,0256	hectares	23k	182.160	7.904.000
<b>6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA</b>					
Uso a ser dado a área	Especificação			Área (ha)	
Sítio de lazer	Área útil				
<b>7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>					
Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição		Estágio Sucessional (quando couber)		Área (ha)
Cerrado	cerrado - mata ciliar - APP				0,0263
<b>8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO</b>					
Produto/Subproduto	Especificação		Quantidade	Unidade	
<b>1. HISTÓRICO</b>					
Data de formalização/aceite do processo: 01/12/2023					
Data da vistoria: 08/12/2023					

Data de solicitação de informações complementares: [se for o caso]

Data do recebimento de informações complementares: [se for o caso]

Data de emissão do parecer técnico: 05/12/2023

## 2. OBJETIVO

O proprietário Thiago Henrique Rezende de Lima solicita de forma corretiva a regularização de uma intervenção em área de preservação permanente sem supressão de vegetação nativa em uma área de 0,0256 ha para a regularização da construção de uma rampa de acesso, passarela e deck de madeira, para ter acesso ao reservatório de Miranda. O empreendimento possui certificado de Não Passível de Licenciamento.

## 3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

### 3.1 Imóvel rural:

O proprietário Thiago Henrique Rezende de Lima é proprietário da Fazenda Saudade, Barreiro e Palmeira - Gleba C, composta pela matrícula nº 110.260. A intervenção requerida é a regularização de uma intervenção em área de preservação permanente sem supressão de vegetação nativa em uma área de 0,0256 ha, para a regularização da construção de uma rampa de acesso, passarela e deck de madeira, para ter acesso ao reservatório de Miranda, localizada na zona rural do município de Uberlândia - MG que possui cobertura vegetal nativa de 15,94%. A intervenção está inserida no Bioma Cerrado, com fitofisionomia de cerrado e mata ciliar, pois está dentro do perímetro de área de preservação permanente. Coordenadas geográficas das intervenções em APP UTM 23K X 182.160 e Y 7.904.000.

### 3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-31702066E97E9C66DFA41D0B773740E0F6F85C8

- Área total: 3,1021 ha

- Área de reserva legal: 0,4304 ha

- Área de preservação permanente: 0,0186 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 2,5692 ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

( X ) A área está preservada: 0,4304 ha

( ) A área está em recuperação: ha

( ) A área deverá ser recuperada: xxxxx ha

- Formalização da reserva legal:

( X ) Proposta no CAR ( X ) Averbada ( ) Aprovada e não averbada

- Número do documento:

Cartório de Registro de Imóveis de Uberlândia - MG, matrícula nº 110.260.

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

( X ) Dentro do próprio imóvel

( ) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 01 fragmento

- Parecer sobre o CAR:

A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida.

## 4. Intervenção ambiental requerida

A intervenção requerida é a regularização de uma intervenção em área de preservação permanente sem supressão de vegetação nativa em uma área de 0,0256 ha, para a regularização da construção de uma rampa de acesso, passarela e deck de madeira, para ter acesso ao reservatório de Miranda, localizada na zona rural do município de Uberlândia - MG.

Taxa de Expediente APP sem supressão: R\$ 775,68 - 09/08/2023

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: não se aplica

### 4.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: Baixa

- Prioridade para conservação da flora: Média

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Fora de área prioritária

- Unidade de conservação: não

- Áreas indígenas ou quilombolas: não

- Outras restrições: [Ex.: Art. 11 da Lei 11.428 de 2006, Art. 25 da Lei 11.428 de 2006]

#### **4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:**

- Atividades desenvolvidas: Sítio de Lazer

- Atividades licenciadas: Sítio de Lazer

- Classe do empreendimento: 1

- Critério locacional: 0

- Modalidade de licenciamento: Certidão de não passível

- Número do documento: Certificado de Não Passível

#### **4.3 Vistoria realizada:**

A vistoria foi realizada no dia 08/21/2023, fui acompanhado pela consultoria e pelo proprietário. O proprietário solicita de forma corretiva uma intervenção em área de preservação permanente sem supressão de vegetação nativa em uma área de 0,0256 ha, para a regularização da construção de uma rampa de acesso, passarela e deck de madeira, para ter acesso ao reservatório de Miranda. Na vistoria também pudemos observar que a intervenção já havia sido realizada, e constatamos que o ponto escolhido trouxe menor impacto ambiental à intervenção e pela rigidez locacional de construção da rampa de acesso. A intervenção é de caráter corretivo, ou seja, foi realizada sem a devida autorização do órgão ambiental, tendo o proprietário recebido e pago o Auto de Infração nº 316186/2023 no valor de R\$ 5.288,74 - pagamento realizado dia 13/06/2023.

O empreendimento em questão, de acordo com o IDE – SISEMA, é constituído pela fitofisionomia de cerrado. A intervenção está inserida no Bioma Cerrado, com fitofisionomia de cerrado e mata ciliar, pois parte está dentro do perímetro de área de preservação permanente do Reservatório de Miranda.

Como medida compensatória pela intervenção realizada em APP sem supressão de vegetação nativa, o proprietário propõe o plantio de espécies nativas em área contígua à APP e que encontram-se degradadas, através de um PTRF apresentado que contempla uma área de 0,0256 ha, com o plantio de 19 mudas de espécies nativas, que terá sua execução e evolução condicionados nesta autorização.

##### **4.3.1 Características físicas:**

- Topografia: O relevo local predomina a feição de relevo suavemente ondulado, ondulado e forte ondulado, com declividades variando de 3 a 45%.

- Solo: O Imóvel possui solos classificados como LATOSSOLO VERMELHO distrófico típico.

- Hidrografia: A propriedade está localizada na Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba e Microbacia do Rio Araguari.

##### **4.3.2 Características biológicas:**

- Vegetação: a propriedade está inserida no Bioma cerrado com fitofisionomia de cerrado e mata ciliar.

- Fauna: a biodiversidade de fauna inserida na área de estudo apresenta boa diversidade ecológica, sendo observados principalmente animais de pequeno e médio porte típicos da região.

#### **4.4 Alternativa técnica e locacional:**

Conforme descrito nos estudos e vistoria in loco, a intervenção é de caráter corretivo, ou seja, foi realizada sem a devida autorização do órgão ambiental, sendo assim constatamos que o ponto escolhido trouxe menor impacto ambiental à intervenção e pela rigidez locacional de construção da rampa de acesso, não havendo alternativa técnica locacional. Vale ressaltar que a intervenção seria e é passível de autorização, porém como foi realizada sem a devida autorização do órgão ambiental o proprietário foi autuado, requerendo assim a regularização de forma corretiva, conforme prevê a Legislação vigente.

### **5. ANÁLISE TÉCNICA**

Através das informações prestadas nos estudos, conforme vistoria realizada no local e a utilização de ferramentas disponíveis no sistema IDE-SISEMA não há restrições para a intervenção requerida, haja visto não existir alternativa técnica locacional, e pela necessidade de regularização da construção de uma rampa de acesso, passarela e deck de madeira, para ter acesso ao reservatório de Miranda. A intervenção é de caráter corretivo, ou seja, foi realizada sem a devida autorização do órgão ambiental, tendo o

proprietário recebido e pago o Auto de Infração nº 316186/2023 no valor de R\$ 5.288,74 - pagamento realizado dia 13/06/2023, requerendo assim a regularização de forma corretiva, conforme prevê a Legislação vigente.

Como medida compensatória pela intervenção realizada em APP sem supressão de vegetação nativa, o proprietário propõe o plantio de espécies nativas em área contígua à APP e que encontram-se degradadas, através de um PTRF apresentado que contempla uma área de 0,0256 ha, com o plantio de 19 mudas de espécies nativas, que terá sua execução e evolução condicionados nesta autorização. Para essa medida compensatória foi apresentado um PTRF. A intervenção está inserida no Bioma Cerrado, com fitofisionomia de cerrado e mata ciliar.

#### **5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:**

Os possíveis impactos ambientais decorrentes da intervenção requerida, é a exposição do solo, facilitando processos erosivos; perturbação, afugentamento, atropelamento e captura da fauna, com a diminuição de área de abrigo, de nidificação e de deslocamento. Conforme apresentado nos estudos as medidas mitigadoras visam principalmente não fazer o uso de fogo; preservar as áreas remanescentes; e adotar técnicas e medidas de proteção do solo. Além de controle de drenagem para evitar possível carregamento de sólidos e a facilitação de processos erosivos. Optar sempre que possível pelo controle biológico, evitando ao máximo a contaminação do solo com defensivos químicos. As áreas remanescentes de vegetação não deverão ser exploradas sem a prévia autorização do órgão ambiental competente.

#### **Exemplo de medidas mitigadoras:**

- Implantar curvas de nível e controle de processos erosivos
- Manter proteção das áreas de preservação (APP e Reserva Legal) existentes.
- Executar medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo.
- Manter e preservar espécies protegidas por Lei.

### **6. CONTROLE PROCESSUAL**

#### **I. Relatório:**

1 - Dispõe o presente parecer sobre a análise jurídica do requerimento de intervenção ambiental (DAIA) protocolizado pelo Empreendedor **Thiago Henrique Rezende de Lima** conforme consta nos autos, para regularização de **intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa em 0,0256ha**, na Fazenda Saudade, Barreiro e Palmeira, gleba C, localizada no município de Uberlândia/MG, conforme matrícula nº. 110.260 do CRI da Comarca de Uberlândia/MG, **a qual foi realizada sem a devida autorização do órgão ambiental conforme auto de infração nº. 316186/2023 e respectivo boletim de ocorrência 2023-025925816-001.**

2 – A propriedade possui área total matriculada de 3,1021ha e área de reserva legal averbada, e informada no CAR.

3 – A intervenção realizada tem por finalidade a construção de uma rampa de acesso, passarela e deck de madeira, para ter acesso ao reservatório de Miranda, localizado na zona rural do município de Uberlândia/MG.

4 – A atividade desenvolvida no empreendimento nos moldes da DN COPAM nº. 217/17 enquadra-se como dispensado de licenciamento ambiental, para a atividade (Sítio de lazer), conforme informado no requerimento anexado aos autos.

5 - O processo foi instruído com a documentação necessária à análise jurídica, matrículas do imóvel, PIA, mapas, PTRF, estudo de inexistência de alternativa técnica locacional, CAR, taxas e respectivos comprovantes de pagamento e demais documentos pertinentes anexados aos autos do processo administrativo.

#### **II. Análise Jurídica:**

6 - De acordo com as informações prestadas, o requerimento de regularização de intervenção ambiental (DAIA Corretivo) é passível de autorização nos seguintes moldes: **intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa em 0,0256ha**, uma vez que está de acordo com as legislações ambientais vigentes e conforme explanação contida no parecer técnico. Lembrando que a propriedade encontra-se no bioma cerrado e APP antropizada, fora de área prioritária para conservação da Biodiversidade e muito baixa à média vulnerabilidade natural conforme análise do IDE.

É importante ressaltar que foram cumpridos os requisitos constantes no art. 13 do Decreto Estadual nº. 47.749/2019, pois em consulta ao CAP - Controle de Autos de Infração, consta a multa referente ao auto de infração nº. 316186/2023 como “quitada” e também foi informado pela consultora mediante ofício (protocolo SEI 76009664) que o DAE foi pago.

7 – Ressalta-se que a área objeto de intervenção não se refere a espaços especialmente protegidos (APP, reserva legal, e outras).

#### **III) Conclusão:**

8 - Ante ao exposto, considerando que o processo fora devidamente instruído e com respaldo no parecer técnico acostado nos autos, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, do ponto de vista jurídico, opina favoravelmente à autorização para regularização da intervenção ambiental (DAIA Corretivo) nos seguintes moldes: **intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa em 0,0256ha**, desde que atendidas as medidas mitigadoras e compensatórias descritas, se houver, e desde que a propriedade não possua área subutilizada ou abandonada (art. 68 Lei Estadual nº 20.922/2013).

**Sugere-se o prazo de validade do DAIA de 3 (três) anos, prorrogável uma única vez por igual período, conforme Decreto Estadual nº. 47.749/19, art. 7º.**

Fica expressamente vedada a expansão da intervenção em APP, salvo com autorização expressa do órgão ambiental.

Fica registrado que o presente Parecer restringiu-se a análise jurídica do requerimento de regularização (DAIA Corretivo) da intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa, com base nas informações técnicas prestadas. Assim, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada, bem como a responsabilidade sobre os

projetos e programas apresentados nos autos, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos, de inteira responsabilidade do empreendedor, seu projetista e/ou prepostos.

É o parecer, s.m.j.

## 7. CONCLUSÃO

Após análise técnica das informações apresentadas, e considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO TOTAL** do requerimento das intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa em uma área de 0,0256 ha para a regularização da construção de uma rampa de acesso, passarela e deck de madeira, para ter acesso ao reservatório de Miranda, localizada na Fazenda Saudade, Barreiro e Palmeira - Gleba C, composta pela matrícula nº 110.260, localizada no município de Uberlândia. Como medida compensatória pela intervenção em APP foi apresentado um PTRF, que terá sua execução e evolução condicionados nesta autorização.

## 8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Como medida compensatória pela intervenção realizada em APP sem supressão de vegetação nativa, o proprietário propõe o plantio de espécies nativas em área contígua à APP e que encontram-se degradadas, através de um PTRF apresentado que contempla uma área de 0,0256 ha, com o plantio de 19 mudas de espécies nativas, que terá sua execução e evolução condicionados nesta autorização.

### 8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes: Não se aplica

## 9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

*Taxa de Reposição Florestal - Não se aplica*

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

(.) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

(.) Formação de florestas, próprias ou fomentadas

(.) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

## 10. CONDICIONANTES

Comprovar a execução e a evolução do PTRF apresentado nos estudos que contempla o plantio de 19 mudas de espécies nativas, esse plantio ocorrerá em uma área total de 0,0256 ha, em áreas de APP desprovidas de vegetação e que necessitam ser recuperadas. Ficando condicionado nessa autorização a comprovação, através de relatório técnico fotográfico, a execução e evolução do plantio, sendo que o primeiro relatório deverá ser protocolado seis meses após o plantio e os demais anualmente por um período mínimo de cinco anos.

*No caso de empreendimento passível de LAS, descrever ao final do item para constar no documento autorizativo: **esta Autorização para Intervenção Ambiental só é válida após obtenção da Licença Ambiental Simplificada - LAS.***

*No SINAFLO, as informações lançadas neste campo deverão ser copiadas e coladas no campo "Medidas Compensatórias" a fim de que sejam impressas no documento autorizativo.*

### Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Apresentar relatório técnico fotográfico da execução e evolução do PTRF apresentado nos estudos.	6 meses após início do PTRF
2	Apresentar relatório técnico fotográfico da evolução do PTRF apresentado nos estudos.	Anualmente por 5 anos
3		
4		
...		

*\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

### INSTÂNCIA DECISÓRIA

( ) COPAM / URC ( X ) SUPERVISÃO REGIONAL

### RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: **Ignácio Jorge Nasser**

MASP: **1.198.192-5**

## RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: Leilane Franco Serafim Brasil

MASP:



Documento assinado eletronicamente por **Leilane Franco Serafim Brasil, Servidor (a) Público (a)**, em 20/12/2023, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ignácio Jorge Nasser, Servidor**, em 21/12/2023, às 07:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **78179461** e o código CRC **04D2376E**.